

Exmo. Senhor
Director

Em três edições seguidas um diário da Região deu espaço às conclusões de uma tese de doutoramento da autoria de Liliana Rodrigues, que tem merecido os mais díspares comentários, e as mais disparatadas conclusões. No entanto há algo por dizer, e uma vez que, em sua “defesa”, a autora do estudo, pessoa que não conheço, nem me conhece, mas que terei todo o prazer em conhecer, optou por personalizar, em vez de esclarecer os seus critérios científicos, embora num tom e com uns argumentos que bem conheço e sei não serem da própria, julgo-me no direito de aqui expor alguns factos para uma completa compreensão dos leitores e da autora e, bem assim, expor os verdadeiros números do Ensino Secundário na Região.

Se fizesse o meu género manter este tipo de bate-boca estaria deliciado com a oportunidade. Mas, felizmente, prefiro antes trabalhar do que entrar em discussões estéreis. Mas a população merece saber a verdade.

Não posso, por isso, deixar passar inverdades e deturpações que até me envolvem pessoalmente, para desviar as atenções.

No dia 14 de Junho, pelas 11h, por e-mail que, por estar numa negociação sindical, só abri pelas 14h, uma jornalista do referido diário dirigiu-se-me nestes termos: *“Venho por este meio solicitar uma reacção ao estudo da Universidade da Madeira que indica que 71% dos jovens não tem o ensino secundário e 29% em idade escolar estava nas aulas. A questão é simples. O que falhou em 30 anos de democratização do ensino? Foi o sistema, as políticas ou as famílias?”*. Para além de não se perceber bem a pergunta, procurava-se já induzir as respostas...

Ingenuamente pensei que o estudo ainda ia ser publicado. Mas afinal, o tal diário pretendia uma reacção à sua própria notícia, sobre um estudo cuja autora lhe preferiu entregar. Sei agora que a dimensão que alguém pretendia dar ao seu estudo no seio da UMA, foi chumbada por outros professores...

Ou seja, as conclusões já eram públicas e as razões já estavam escolhidas: ou falharam 30 anos de democratização do ensino, ou falhou o sistema, ou falharam as políticas, ou falharam as famílias”. Era só escolher! Ainda por cima comprometia-se uma instituição que respeito, dizendo-se que era um “estudo da UMA”. Outra inverdade que obrigou o seu Reitor a sair, como lhe convinha, e com a urbanidade que se lhe reconhece, em defesa da sua instituição.

Contactados os meus serviços apercebi-me de que o estudo já estava publicado sem que o referido diário tivesse tido a delicadeza de o facultar e de solicitar um comentário simultâneo à publicação. São critérios. As reacções dos meus colaboradores – e até de outros jornalistas! – foram de completa estupefacção perante a anormalidade dos números e das conclusões publicadas. É que não se tratavam de meras gralhas, que sempre podem acontecer num trabalho desta natureza: eram autênticos erros de interpretação, de leitura de dados e de tratamento estatístico, e que bastaria um olhar atento aos números da população escolar e da população total da Região, para perceber que estavam errados, já que não me atrevo a afirmar que foram propositados ou que queriam induzir em erro. E contrariamente ao que fizeram pensar à autora, aproveitei para lhe dizer que, não só sei o que é, como respeito o trabalho científico e os que a ele se dedicam.

Mandeí preparar o esclarecimento que me pareceu mais conveniente, perante a pressão da jornalista que, a meio da tarde, informava que a notícia era para o dia seguinte. Não

analisei um estudo científico, mas tão só as suas conclusões e a expressão dos seus números.

Foi então produzido o esclarecimento remetido ao referido diário, e que, naturalmente, subscrevo.

Como é natural, a autora reagiu. Não para justificar eventuais erros, mas para fazer um ataque directo ao Secretário Regional de Educação e Cultura, fazendo-me recomendações para assistir às teses de mestrado e doutoramento, para assistir aos congressos e para a ler sobre a sua experiência na Áustria, etc.

A este propósito desafio a senhora Doutora para indicar um governante – basta um! – regional ou nacional, que tenha assistido a mais teses de mestrado e doutoramento do que eu próprio! Por respeito científico, por interesse pessoal e por humildade institucional.

Mas há um facto adicional que deve ter em conta: é que as teses a cuja defesa assisti, fi-lo a convite expresso dos candidatos e dos respectivos departamentos.

Pelo contrário, nenhum outro Departamento, como o que agora a defende, me mandou entregar, recentemente, ao fim de 7 anos de mandato, um caixote com dezenas de teses, em jeito de quem diz: “Agora, lê!”.

Por outro lado, e para que perceba em que águas navega, por ocasião de um desses tais congressos de especialistas, o mesmo Departamento convidou o Senhor Presidente do Governo Regional para proferir uma conferência. Sua Excelência delegou em mim. Nesse congresso, onde expus todos os números, todas as virtudes e todas as fragilidades do nosso sistema educativo, sem nenhuma reserva ou ressalva – a autora certamente não assistiu! – retenho quatro momentos verdadeiramente únicos:

Ninguém da organização recebeu o representante de Sua Excelência o Senhor Presidente do Governo Regional, no Madeira Tecnopólo, esquecendo que os representantes têm e merecem a dignidade dos representados;

Encontrada a sala da conferência – uma sala secundária, claro! – o material digital que havia sido anteriormente enviado à organização não se encontrava na sala e foi preciso mandar procurar um técnico para usar o “plano B”;

Nenhum elemento directivo do Departamento organizador esteve presente durante a intervenção. Que me recorde, pertencente ao Departamento, apenas o Doutor Nelson Veríssimo estava presente na sala, mas não nessa função;

Para cúmulo, no início da sessão a senhora coordenadora da Mesa, pediu-me que me apresentasse, pois a organização não lhe havia fornecido quaisquer elementos de currículo, e como não sabia quem eu era (nem era obrigada a saber, visto ser alguém de fora da Região!), não me podia apresentar. Foram realmente momentos inesquecíveis, que outros no meu lugar teriam reagido fortemente não fossem aqueles benditos impedimentos que nos acompanham desde o berço.

Finalmente, e antes de passar aos dados, faço eco e agradeço as comunicações que recebi de profissionais de estatística que fizeram questão de dizer que nada tiveram a ver com aquele estudo e dos professores da UMa que deram os parabéns à SREC por ter tido a coragem de não “comer e calar”.

A par de tudo isto, é risível assistir aos comentários de uns quantos ignorantes que não só nunca fizeram qualquer estudo, como certamente também não leram nenhum, a opinarem sobre o que não sabem, só para ganhar uns pontos políticos oportunistas, mas caindo apenas no ridículo.

E quanto ao assunto termino seguindo o recomendando pela autora do estudo ao citar Nietzsche, e portanto, calo-me!, não sem antes Thomas Khun que tem uma visão mais moderna das “torres de marfim” onde alguns se acolitam julgando-se os únicos donos do saber: *“Em vez de se dirigir aos traços (económicos, culturais, políticos ...) do contexto*

social global da actividade científica, o enfoque Kuhniano privilegiou as condições institucionais em que ela se desenvolve, transformando-se, por intermédio de uma implacável denúncia de interesses, poderes e privilégios cristalizados nas comunidades científicas, num instrumento capaz de explicitar, com grande acutilância, os limites dos métodos e resultados mais insuspeitos. Tais comunidades – diz Kuhn – não são, como tantas vezes inadvertidamente se supõe, o lugar por excelência do debate intelectual ousado e inovador ou do exercício, desinteressado e partilhado, de uma reflexividade permanentemente questionada nos seus fundamentos. De facto, garante-nos ele, o que normalmente caracteriza as organizações científicas é uma tendência para promoverem o uso rotineiro, conformista e mesmo ritualizado de fórmulas e protocolos de cientificidade institucionalmente consagrados (portanto, instituídos e instituintes). A vontade de saber e o desejo de inovar, tantas vezes imputados, como qualidades intrínsecas, ao etos dos cientistas, não são, afinal, aqui, uma regra de ouro – a sua emergência depende sempre, estritamente, da criação de condições institucionais favoráveis’. [Magalhães, João Baptista (1996). In ‘A Ideia de Progresso em Thomas Kuhn’, pgs 6, 7. Edições Afrontamento, Coleção Sapiens, Porto].

E agora vamos aos números!

Matrícula, frequência e conclusão no Ensino Secundário da RAM
Anos lectivos 1997/1998 a 2004/2005

A avaliação e comparação internacional sobre esta matéria são concretizadas através de um índice denominado “Saída Precoce antes de concluído o 12º Ano”. Este valor percentual obtém-se inquirindo os jovens entre os 18 e 24 anos em sede de CENSUS acerca da sua formação. *Definição INE: “Saída Precoce-indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar o secundário (12º ano)”*

Na RAM, em 2001, o valor encontrado foi 50%.

Se considerarmos a demografia populacional na RAM desse mesmo Census (são valores do INE2001 e não da SREC), verificamos que o número de jovens nessas idades (3881+3942+3884+3803+3655+3774+4137) totalizará 27.076 jovens. **Dos quais metade indica ter concluído o Ensino Secundário.**

Outro índice relevante é a “Saída Antecipada antes de concluído o 9º Ano”. Definição INE: ”Saída Precoce- indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano)”

Na RAM, em 2001, o valor encontrado foi de 29,8%

São índices de impossível determinação rigorosa anual ao nível do que é feito nos anos censitários. Por isso, concretizam-se (anualmente) extrapolações (para grandes grupos) a partir de inquéritos por amostra para definição de valores ao nível do País. O que não pode ser feito em zonas de dimensão populacional restrita pois as amostragens (não sendo de dimensão suficiente) dariam sempre valores distorcidos. O facto de grande parte da população universitária nesse grupo etário estar fora da Região acentuaria o problema.

Como o grupo de anos lectivos estudados tem como “centro médio temporal” o ano de 2001, poderíamos fazer uma avaliação aproximada dos números pretendidos.

Ora, em 2001 (valores censitários, do INE) haveria na RAM 3.881 jovens com 18 anos, 3.942 jovens com 19 anos, 3.884 jovens com 20 anos, etc.

O fim do Ensino Secundário é concretizado com 18 anos se o aluno tiver uma carreira imaculada (sem qualquer insucesso), com 19 se tiver perdido 1 ano, com 20 se tiver perdido 2, etc...

Daí que, sem grande margem de erro, podemos estimar que se metade dos jovens (não dos alunos) conclui o ensino secundário (no ano ideal ou nos seguintes), então não o concluirá a outra metade. Assim, por cada ano lectivo considerado, aproximadamente 1.995 jovens sairão do sistema (em média aproximada, naqueles anos) sem concluir o ensino Secundário.

De 1997/1998 a 2004/2005 somam-se 8 anos lectivos que, a multiplicar por 1.995 (50% do número médio de jovens com idades 18, 19 e 20 anos) nos darão **menos de 16 mil** jovens. Compare-se este valor com os **114.174** divulgados pelo diário!

Quanto aos alunos que não se matriculam no Secundário, poderemos afirmar que não o farão os que não concluem o 9º ano. Pelo menos. Extrapolando o índice (Saída Antecipada) para a faixa etária dos 15, 16, 17 anos (idades de 1ª matrícula no ensino secundário), concluímos que cerca de 1.170 não se matriculará nesse nível de ensino. Em 8 anos lectivos (os analisados), chegaremos a **menos de 10 mil** jovens. Compare-se este valor com os **79.911** divulgados pelo diário.

Entre estes dois grupos ficam **cerca de 6 mil** que se inscrevem mas nunca terminam o Ensino Secundário. Compare-se este valor com os **34.263** divulgados pelo diário.

Mais:

No período em estudo (1997/1998 a 2004/2005) estão realmente registadas (números da DRPRE) **82.881** matrículas. Mas não se matricularam no secundário **82.881** alunos como, enfermado de erro, refere o diário. Pois o Secundário são 3 anos, o que obriga a várias matrículas por aluno. Pelo menos 3, mas em média 4 porque o Secundário apenas pode ser concluído no seu final (com todas as disciplinas concluídas). Tomar as 3, 4 ou 5 matrículas por 3, 4 ou 5 alunos distintos e trabalhar esses números, só pode dar azo a erros clamorosos.

Quanto ao gráfico de colunas apresentado no diário, vejamos os múltiplos equívocos:

O total de jovens indicado terá sido apurado a partir do número de jovens com 15 a 20 anos, dados do INE que, diz a autora do estudo, serem as idades de conclusão do Secundário. Falso. Ninguém completa o Secundário com 15, 16, 17 anos. Essas são as idades de frequência do Secundário, o que é completamente diferente. E coloca esse número numa das barras do gráfico. Na outra, coloca os alunos matriculados nesse ano (dados DRPRE) no Secundário. Nada de errado nos gráficos apesar de, assim, nada nos dizerem. Mas esquece que estudantes não são só os das Escolas. Deveria incluir também os Universitários. Os “seus” alunos e outros tantos milhares de madeirenses nas universidades do resto do País. Que não estão nas escolas, mas não abandonaram os estudos e estão nessa faixa de idade. Mas esquece, também, os alunos com 15 anos que não estão no secundário por terem perdido um ano na sua frequência escolar ou 16 anos e que perderam dois. Que não estão (ainda) no secundário, mas sobre os quais não há nenhuma razão para afirmar que abandonaram os estudos.

Mas para a autora, todos os com 15 a 20 anos que não estão matriculados no Ensino Secundário, abandonaram os estudos! Mais um erro clamoroso! Vai daí, soma, divide e obtém percentagens totalmente erradas que andam, nestes dias, nas bocas de toda a gente e que, de tanta insistência, já parecem verdades.

Outro erro é a soma de séries anuais, que qualquer aprendiz de estatística condenaria. Considerando que matrículas são alunos e provocando a multiplicação dos números... que atingem valores absurdos, esquecendo o essencial: um aluno no Secundário matricula-se, pelo menos, 3 vezes!

O que nos leva à situação actual, de conclusões erradas.

Mas note-se: a SREC não avaliou estudo nenhum e não o colocou em causa. Apenas não o conhece e é confrontada com uma análise de um órgão de informação que, esse sim, dá tudo como bom, sem qualquer critério. A SREC não sequer conhece o estudo que é solicitada a comentar. Tão só classificou de absurdos os números publicados pelo diário, bem como tudo o que, baseado nesses números lá ficou escrito.

O que, como se viu, tem impactos negativos na avaliação pública que é feita sobre a política educativa e leva responsáveis (distráídos) a afirmações descuidadas.

Claro que podemos sempre colocar antecipadamente em questão um estudo (e as suas recomendações) que possa ser baseado nestes números, bem como a orientação superior que permitiu deixá-lo passar, o diário que os publicou como bons (no dia seguinte questionava o falhanço da educação em autonomia com base nos mesmos) e as forças políticas que deles tomaram “conta”. Tudo sem um mínimo de atenção.

Como se viu, a SREC não discute variações numéricas, nem modelos de cálculo estatístico. Arrasam-se, simplesmente, os números indicados. Que passam de um “80” imaginário, para um “8” real.

Apenas nos referimos a números aproximados, como não pode deixar de ser, visto nos estarmos a basear em números de 2001 que reflectem situações acontecidas alguns anos antes. Os números actuais só podem ser melhores, atendendo às informações de que dispomos, visto que controlamos anualmente as taxas de escolarização (reais e brutas), e acompanhamos anualmente a melhoria das taxas de sucesso escolar.

Ver ainda, para mais informação:

Sucesso Escolar:

<http://www.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?fileticket=4OvMC20xAzY%3d&tabid=415&mid=2045>

Taxas de Escolarização Bruta (Ensino Regular):

<http://www.madeira-edu.pt/LinkClick.aspx?link=Estudos%2fTaxaBrutaEscolarizacao.pdf&tabid=520&mid=2>

Mas fica sempre a questão: Se 114.000 (valor errado) de jovens “perdidos” para o Secundário seria um problema grave, 16 mil (valor aproximado correcto – em 8 anos) é

um número para louvor? Claro que não. Para a SREC o objectivo é levar todos (também esses 16 mil restantes – ao longo de 8 anos) a concluir o Secundário. Daí os investimentos levados a cabo e o incremento do Ensino Secundário Profissionalizante. Não só este, mas também o profissionalizante de nível 2, bem como os investimentos na futura Escolas Secundárias Tecnológicas de São Marinho e de Câmara de Lobos, os 120 cursos de Educação Formação que estão a decorrer, os Centros de Novas Oportunidades, etc., são estratégias que se basearam em análises e estudos que visam a melhoria da situação.

Francisco Fernandes